

# AGRICULTURA ORGÂNICA, REPRESENTAÇÃO TERRITORIAL E REPRODUÇÃO SOCIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

OS AGRICULTORES ECOLOGISTAS DA ENCOSTA DA SERRA  
GERAL EM SANTA CATARINA

TATIANA FERREIRA NOBRE DE LACERDA  
PAULO EDUARDO MORUZZI MARQUES

**RESUMO** *Este artigo apresenta uma análise das estratégias de reprodução social de agricultores familiares vinculados a projetos de desenvolvimento rural alimentados por inovadores discursos sociais, ambientais e políticos. Nesse propósito, duas idéias podem ser assinaladas como chaves. De um lado, destaca-se a criação de novos espaços rurais, caracterizados pela diversificação de atividades e pela intensificação de relações entre diferentes atores, fundadas, notadamente, sobre a preocupação ambiental, cuja expressão pode ser ilustrada pelas idéias de busca de alimentos “saudáveis” ou de valorização da paisagem e do modo de vida rural. De outro lado, examina-se a elaboração de estratégias pelos agricultores familiares voltadas à garantia de reprodução da unidade e do patrimônio familiar, articulando diferentes oportunidades que emergem dessas novas configurações. O trabalho veicula igualmente uma interpretação sobre a noção de pluriatividade com o objetivo de tornar mais nítidos os sentidos que se forjam em torno da noção de multifuncionalidade da agricultura.*

**PALAVRAS-CHAVE** Agricultura familiar; pluriatividade; multifuncionalidade da agricultura; desenvolvimento rural.

**ABSTRACT** *This paper presents an analysis of rural householders strategies for social reproduction. Those householders are linked to rural development projects informed by social, environmental and political innovative discourses. Two are the key ideas: on the one hand, the creation of new rural spaces is increasing; they are defined by the diversification of activities and by intensified dialog between different actors sharing similar environmental concerns, for example, the search of “healthy” food or the appreciation of the rural life and landscape. On the other hand, the elaboration of strategies by householders is also examined. They intent guarantee the unit of familiar heritage by the articulation of different opportunities emerging from these new configurations. Finally, the paper seeks to offer an interpretation regarding the notion of pluriactivity – clarifying the meanings and the role of the multifunctionality in agriculture.*

KEY WORDS *Rural households; pluriactivity; multifunctionality of agriculture; strategies of social reproduction; rural development and rural tourism.*

## INTRODUÇÃO

No contexto da região Sul, em Santa Catarina, agricultores familiares se engajam em diferentes estratégias de reprodução social associadas ao projeto de produção orgânica coordenado pela Associação dos Agricultores Ecológicos da Encosta da Serra Geral (Agrego). Graças à implementação de um projeto de desenvolvimento assentado em diversas parcerias,<sup>1</sup> a associação busca construir estratégias socioeconômicas alternativas para as famílias rurais, baseadas no tripé agroecologia, agroindústria e agroturismo. Esse projeto e esse arranjo social têm contribuído com a formatação de uma representação territorial da Encosta da Serra Geral, fundada na idéia de valorização do saber-fazer dos agricultores e de renovação do papel atribuído à agricultura, particularmente em relação à preservação ambiental, à qualidade alimentar e à manutenção do tecido social.

A opção pela produção orgânica se substancia com a criação da Agrego, em torno da qual são criadas condições favoráveis, como a garantia de mercado (graças a um acordo com uma rede de supermercado e políticas estatais), o acesso à assistência técnica e o apoio à diversificação das atividades. No início da década de 90, importante mencionar, a produção de fumo deixa de ser vista como uma alternativa “compensatória” em razão da queda nos preços do produto, da elevação dos custos de produção, do aumento da auto-exploração familiar (devido às dificuldades crescentes da prática de troca de serviço entre vizinhos e à migração dos jovens) e do aumento dos problemas de saúde causados pelo trabalho exaustivo<sup>2</sup> e pela aplicação intensa de agrotóxicos. Assim, o fumo perde terreno como única fonte de renda para os agricultores da região, deixando espaços para a construção de alternativas entre as famílias rurais.

1 Para um quadro mais detalhado do espaço intra-institucional e interinstitucional construído pela Agrego, ver Lacerda (2005).

2 A produção do fumo demanda muita mão-de-obra durante todo o seu ciclo, notadamente nas etapas de colheita e secagem, que exigem forte concentração de trabalho.

A partir da criação da Agreco, foi estabelecida uma rede de parcerias com vistas notadamente à captação dos benefícios das políticas e créditos públicos, que tiveram implicações na dinamização das interações produtivas e socioeconômicas e nas estratégias adotadas pelas famílias. Nesse quadro, a produção orgânica se vincula à constituição de uma rede de pequenas agroindústrias familiares, cuja implantação tem como objetivo a agregação de valor aos produtos *in natura*. Igualmente, a Associação Acolhida da Colônia nasce dessas parcerias, incentivando o agroturismo e a valorização do agricultor.

A implantação desse projeto de desenvolvimento gera significativas transformações nas estratégias de reprodução das famílias rurais, seja pelas modificações na organização do sistema produtivo das unidades e gestão das propriedades (práticas orgânicas, processo de industrialização em pequena escala, serviços turísticos), seja pela repercussão de novas atividades e de nova divisão de tarefas sobre a organização familiar. Efetivamente, essas transformações têm implicado novos arranjos em termos da gestão socioambiental das unidades familiares de produção.

O presente trabalho resulta de um estudo mais amplo, um *estudo de caso* que teve, como instrumentos de pesquisa, um estudo bibliográfico, “visitas” de campo e o material obtido graças a entrevistas com responsáveis por algumas famílias pré-selecionadas. Além disso, foi de grande valia os dados obtidos por um questionário elaborado pelo grupo de estudo coordenado pelo professor Renato Maluf, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e aplicado na região em estudo por um grupo coordenado pelo professor Wilson Schmidt, da Universidade Federal de Santa Catarina, durante o ano de 2001. Originalmente, esse questionário foi utilizado nas pesquisas realizadas no âmbito do projeto Estratégias de Desenvolvimento Rural, Multifuncionalidade da Agricultura e a Agricultura Familiar: Identificação e Avaliação de Experiências em Diferentes Regiões Brasileiras, apoiado pelo CNPq. Esse projeto leva em consideração três níveis de análise: as famílias rurais, o território e a sociedade. Elaborado para

responder principalmente aos objetivos do primeiro nível de análise, o questionário em questão tem o foco nas famílias rurais, os outros dois âmbitos foram e estão sendo tratados em etapas posteriores da pesquisa.

Assim foram consideradas quatro dimensões principais das famílias rurais, a saber:

- 1) dinâmica de reprodução das famílias e comunidades rurais;
- 2) características técnico-produtivas e sustentabilidade da atividade agrícola;
- 3) questões de identidade, integração social e legitimidade relativas às famílias rurais;
- 4) relações com o território e com a natureza.

Especificamente, a questão central sobre a qual este trabalho se debruça consiste em entender como as famílias agricultoras têm elaborado sua reprodução no âmbito econômico-produtivo (ocupações e rendas da unidade produtiva) e social (estratégias das unidades domésticas), diante da participação em um projeto de desenvolvimento rural ancorado num desenvolvimento territorial. Trata-se da construção de políticas e projetos comuns entre as localidades, fundados, sobretudo, na diversificação das atividades, na produção agrícola orgânica e na valorização da cultura local e tradicional.

Pode-se considerar que a análise das estratégias de reprodução das famílias rurais se inscreve no quadro das indagações e do debate sobre a persistência das explorações familiares diante do modo de produção capitalista, que se associa cada vez mais às recentes transformações do mercado de trabalho no meio rural, marcado pelo crescimento das atividades não-agrícolas.

O conceito de estratégia adotado permite a construção de um elo entre as famílias rurais, a sociedade (e o território), colocando em evidência as noções de escolha, interação e possibilidades. O conceito suscita ainda (segundo CROW apud SCHNEIDER, 2003) uma discussão sobre o tipo de ação, racional ou não-

racional, empreendidas por aqueles que tomam as decisões. Nesse sentido, as estratégias são elaboradas e concretizadas, na prática, pelas decisões dos atores em função da disposição do ambiente externo, não podendo ser simplesmente consideradas causais nem teleológicas. As estratégias refletem as escolhas e decisões dos indivíduos em relação às famílias e da família em relação aos indivíduos, ou da sociedade sobre as famílias e das famílias sobre a sociedade. Enfim, “[...] a ligação que parece superar a dicotomia sociológica em torno do problema da relação estrutura-agente ou processos micro versus macro” (SCHNEIDER, 2003, p. 108).

Portanto, nossa perspectiva com vistas à compreensão da unidade familiar em suas formas de inserção no território fundou-se na análise da construção das estratégias de reprodução. Construído em meio a um campo de disputas em torno de concepções distintas de desenvolvimento, o território da Encosta da Serra Geral forja-se, em grande medida, das opções de renda e ocupações das famílias rurais. Apesar de a Agreco ser um núcleo de convergência de iniciativas, outros projetos de desenvolvimento estão presentes no território, como aquele voltado ao crescimento das áreas de reflorestamento, aquele adotado por algumas famílias de continuar na cadeia agroindustrial do fumo e aquele de exploração turística sem vinculação à Associação Acolhida na Colônia ou à agricultura.

As estratégias de reprodução adotadas pelas famílias estudadas podem ser definidas por duas características:

- 1) referem-se a um conjunto de atividades agrícolas e não-agrícolas (trata-se, sobretudo, de valor agregado ao produto agrícola);
- 2) contribuem à construção de uma agricultura que vai além da função de produzir alimentos.

A primeira característica nos remete ao debate sobre a pluriatividade e a segunda ao debate sobre a multifuncionalidade da agricultura. Assim, evidencia-se que, no processo de gestão

das unidades produtivas estudadas, a reprodução das famílias é assegurada com a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, vinculadas, nas circunstâncias estudadas, com a construção de uma agricultura multifuncional.

Na próxima seção, apresenta-se uma interpretação das estratégias de reprodução elaboradas pelas famílias vinculadas ao projeto de desenvolvimento em questão. Posteriormente, desenvolvem-se idéias com vistas a alimentar o debate em torno das noções de pluriatividade e multifuncionalidade, ao mesmo tempo em que subsidiam o entendimento da realidade construída e vivida pelos agricultores da Encosta da Serra Geral.

## AS ESTRATÉGIAS DAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS

Enquanto vinculadas ao projeto de desenvolvimento articulado pela Agreco, as famílias estudadas têm elaborado um conjunto de estratégias que afirmam a identidade do agricultor como produtor de alimentos e garantem uma produção (econômica e social) em torno do patrimônio familiar. Em nossa interpretação, identificamos três conjuntos de estratégias abarcando os âmbitos social, produtivo, econômico e ambiental. Essas estratégias giram em torno de escolhas, em primeiro lugar, do espaço de desenvolvimento ecológico; em segundo lugar, da gestão da unidade e mão-de-obra familiar; e, enfim, da articulação entre atividades agrícolas e não-agrícolas.

As estratégias familiares apresentadas resumidamente a seguir estão inseridas num conjunto mais amplo de estratégias, vinculadas a um projeto social de desenvolvimento do território da Encosta de Serra Geral que aos poucos se define pelos indivíduos, famílias e sociedade. Apesar dos conjuntos de estratégias serem apresentados para fins dessa reflexão de maneira separada, a realidade observada é bem difusa, com articulações e conflitos nos diferentes âmbitos que envolvem a reprodução dos grupos sociais.<sup>3</sup>

<sup>3</sup> Para uma compreensão mais detalhada das estratégias macro, meso e micro elaboradas em torno da Encosta de Serra Geral, ver Lacerda (2005).

Quanto ao espaço de desenvolvimento ecológico, essa escolha se refere notadamente ao pertencimento às associações e à rede de parcerias fundadas em torno da proposta ecológica. Essa filiação e as iniciativas de *produzir organicamente, realizar o beneficiamento do produto em pequenas agroindústrias rurais e oferecer serviços turísticos* constituem ademais uma estratégia territorial na medida em que se ancora na perspectiva de valorização das especificidades do território. Vale destacar que, para além do incentivo à produção orgânica e às atividades não-agrícolas, a associação em questão busca forjar uma representação do território – consolidada pela coerência entre as diversas intervenções locais (PAULILO e SCHMIDT, 2003) – como uma referência de identidade. Essa orientação é estimulada, notadamente, pelas ações e princípios da Associação Acolhida da Colônia, cujos objetivos destacam a idéia de valorização (social e produtiva) do agricultor.

Com vistas à formação dessa rede de parcerias, houve a ampliação do espaço da Agreco através da criação de um espaço *intra-institucional*, formado pela Cooperativa de Profissionais e Crédito, Centro de Formação da Encosta da Serra Geral, Fórum de Desenvolvimento (substituído gradativamente pela ADS – Associação de Desenvolvimento Sustentável) e Associação Acolhida na Colônia.

Cada uma dessas instituições busca consolidar espaços que garantam o processo de desenvolvimento rural e as estratégias de reprodução implementadas pela Agreco e pelas famílias rurais. A cooperativa de crédito propõe facilitar o acesso do agricultor às linhas de crédito oferecidas pelo poder público, além de atuar como intermediária na captação de recursos, visando ao desenvolvimento local. A Cooperativa de Profissionais visa suprir os projetos da Agreco e dos agricultores em orientação técnica relativa tanto às questões de produção, quanto àquelas mais amplas sobre o projeto de desenvolvimento. O Centro de Formação tem por objetivo a capacitação tanto dos técnicos envolvidos, quanto das famílias, promovendo, sobretudo, cursos relativos ao tripé agroecologia, agroturismo e associativismo. O Fórum

4 O Projeto Intermunicipal de Agroindústrias Modulares em Rede (Píamer), constituído nos moldes do Pronaf Agroindústria, objetivava alavancar um amplo processo de desenvolvimento solidário na região, pela agregação de valor à produção da agricultura familiar e pela geração de oportunidades de trabalho e renda. Previa a implementação de 53 agroindústrias de pequeno porte, envolvendo 211 famílias de agricultores (LACERDA, 2005).

5 Nesse projeto, o governo estadual garante o fornecimento de alimento orgânico para merenda escolar das escolas estaduais e municipais. Constitui hoje o mais importante mercado da Agreco, atingindo 50% da venda total e estabelecendo uma importante parceria entre a associação e o Estado, com a construção de um mercado institucional.

6 O programa permite estabelecer parceria com o governo federal e estadual, fundado num acordo de cooperação técnica entre o CNPq e a Funcitec (Fundação de Ciência e Tecnologia do Estado de Santa Catarina). Graças ao acordo, profissionais de diversas áreas engajaram-se no projeto por dois anos: quatro técnicos com atuação exclusiva (dois engenheiros agrônomos, um engenheiro de alimentos e uma engenheira química) e três técnicos esporádicos (um engenheiro civil, um engenheiro sanitário e um técnico de marketing). Esse projeto esteve vinculado à Agreco até 2001.

de Desenvolvimento dos Pequenos Municípios das Encostas da Serra Geral, além de promover a identidade territorial articulando os projetos de desenvolvimento rural às especificidades dos municípios, favorece a captação de recursos. Essa instância funcionou bem durante dois anos, mas, muito marcada pelas administrações municipais e com pouca participação de organizações da sociedade civil, conheceu sucessivos impasses, que se agravavam com a aproximação de processos eleitorais. Criada em 2004, a Associação de Desenvolvimento Sustentável – ADS –, que substituiu o Fórum, articula as diversas organizações não-governamentais da região e mobiliza atores e competências externos ao território.

Por fim, a Associação Acolhida na Colônia implantou um projeto de agroturismo caracterizado por um conjunto de atividades desenvolvidas pelas famílias agricultoras. Desse modo, visando possibilitar a permanência dos membros dessas últimas em suas atividades, a associação se orienta pelos seguintes princípios: a hospedagem deve complementar – e não substituir – a atividade agrícola desenvolvida na propriedade; ela deve-se dar em habitações já existentes na propriedade, com adaptações para tal; deve haver a disposição dos agricultores para trocar experiências de vida, valorizar suas atividades agrícolas, garantir a qualidade de seus produtos e serviços, preservar o meio ambiente e oferecer preços acessíveis. Nesse sentido, o projeto de agroturismo busca criar atividades e rendas alternativas às famílias, tendo em vista a valorização do agricultor e do modo de vida tradicional, além de promover a conscientização da questão ambiental e a ampliação da interação social entre as pessoas locais e os “de fora”.

Além desses espaços, as famílias rurais, ao elaborar suas estratégias de reprodução, passam a conviver num espaço intra-institucional constituído por diferentes projetos e programas, com destaque, entre outros, ao projeto Píamer<sup>4</sup> (Projeto Intermunicipal de Agroindústrias Modulares em Rede), à Merenda Escolar,<sup>5</sup> ao Programa Desenvolver<sup>6</sup> (Programa de Desenvolvimento da

Agricultura Familiar Catarinense pela Verticalização da Produção) e ao Programa de Certificação em Grupo<sup>7</sup> (Ecoccert).

Assim, as famílias associadas à Agreco têm em comum a opção de transitarem em um novo espaço, que se difere muito dos âmbitos familiar e comunitário aos quais os indivíduos tradicionalmente pertenciam e pertencem. A esse novo espaço é atribuído um sentido que se materializa tanto na implantação de novas instalações como em novas relações, assentadas, notoriamente, em novas representações e concepções. Além do espaço físico da Agreco propriamente dito, as unidades familiares passam a construir novos espaços e relações em torno das agroindústrias de pequena escala, concebidas, na maioria das vezes, como uma extensão da unidade produtiva e envolvendo grupos de famílias. A organização de grupos em torno das agroindústrias é estimulada pela Agreco por um fator de ordem estrutural, relacionado à funcionalidade e ao menor custo no acompanhamento e orientação técnica das famílias. Também é resultado de exigências para a implantação do projeto Piamer, cujo financiamento foi assumido coletivamente, dado o alto investimento necessário diante das exigências sanitárias, técnicas e de escala mínima de produção. E um número reduzido de família ainda estabelece o espaço organizado em torno da proposta de agroturismo difundida pela Associação Acolhida na Colônia. Em todos esses espaços, germina um novo quadro de valores e entendimentos relacionados às técnicas produtivas e às questões ambientais, sociais e políticas.

Com atuação relevante, a associação de produtores ecológicos e a presença regular de turistas atraídos pelo agroturismo<sup>8</sup> têm possibilitado a criação de uma consciência ecológica expressa na ampliação do número de agricultores que desenvolvem a agricultura orgânica ou, ao menos, procuram reduzir a contaminação de agrotóxicos em suas produções.<sup>9</sup> Essa tendência é reforçada, sobretudo, por experiências negativas anteriormente vividas, tais como morte ou doença de familiares ou de vizinhos

7 Na certificação em grupo, a própria entidade representativa dos agricultores é certificada por um sistema de controle interno, através do acompanhamento das propriedades e agroindústrias, da documentação e pela inspeção obrigatória pelo menos uma vez ao ano de cada unidade. Cabe à certificadora realizar a inspeção direta de um determinado número de unidades selecionados por amostragem e sorteio.

8 Agroturismo entendido como um turismo voltado especialmente a valorizar as atividades e produções agrícolas. Essa noção se opõe àquela de um turismo rural ou ecológico centrado, sobretudo, na idéia de uma natureza intocada (DIEGUES, 1996). A noção de agroturismo também se contrapõe àquelas vinculadas ao turismo de aventura que recentemente vem sendo implantado na localidade através do *rafting*.

9 Notável entre as famílias a percepção segundo a qual a agricultura que elas praticam ajuda a cuidar da natureza: “porque não usa veneno ou agrotóxico”, “pratica agroecologia”, “não faz queimadas e não usa químico”, “não usa agrotóxico e não desmata”, “não devasta o ambiente”, “preserva a água”, “faz plantio de cobertura”, entre outros.

causadas pela insalubridade da produção de fumo.

Conseqüentemente, as noções de paisagem e de natureza nesse novo espaço não se opõem à atividade agrícola, cujos efeitos maléficos são imputados de forma concentrada sobre a produção de fumo e a queima de madeira. Nesse sentido, identifica-se um conflito opondo, sobretudo, as unidades familiares integradas à cadeia do fumo e as unidades inseridas no projeto Agreco, uma vez que os agricultores estudados defendem uma agricultura que cumpra a função produtiva associada à preservação do meio ambiente, da qualidade dos alimentos e da cultura local. De outra forma, apesar de o conflito entre terra de trabalho e terra de proteção estar ausente no espaço constituído em torno do projeto Agreco e da Associação Acolhida da Colônia, pode-se constituir a partir dos outros serviços recentemente oferecidos (sobretudo, no município de Santa Rosa) ligados ao *rafting* e às águas termais, pois, nesses casos, a natureza é vista de forma dissociada da atividade agrícola.

No plano do trabalho familiar, a reflexão sobre estratégias leva à discussão sobre as concepções em torno da agricultura familiar. É pertinente para este trabalho concebê-la como unidade social que se reproduz em regime de economia familiar, no qual os membros compartilham um mesmo espaço, possuem um pedaço de terra e mantêm vínculos de parentesco ou consangüinidade (MALUF, 2003). Trata-se de uma concepção segundo a qual constitui ao mesmo tempo uma unidade doméstica e de produção, cujo objetivo último consiste na reprodução (social e econômica) do grupo graças à elaboração de estratégias individuais e coletivas. No seio das famílias rurais, articulam-se diferentes fatores, a fim de garantir a reprodução do grupo familiar enquanto agricultores familiares.

A afirmação e reprodução da unidade familiar estão no primeiro plano das diferentes estratégias elaboradas pelos agricultores. Apesar dos membros das famílias exercerem variadas atividades e apesar das unidades familiares da região serem predominantemente pequenas (compostas por pai, mãe e

dois filhos), a mão-de-obra permanece centrada na rede familiar. Quando muito, essas unidades se beneficiam da troca de dias entre parentes ou associados. Ademais, a rede familiar permanece efetivamente sendo a principal estratégia de obtenção de terra.

Como observado, tanto no espaço das agroindústrias como nas unidades que oferecem serviços turísticos, a mão-de-obra permanece familiar apesar da introdução de novas atribuições e, por vezes, dos conflitos advindos na desestruturação hierárquica familiar anteriormente constituída.

A organização das atividades varia entre as agroindústrias, podendo ser executadas por um ou dois membros de cada família associada ou por apenas uma parte das famílias reunidas, que assim beneficiam a produção dos sócios. No caso da agroindústria familiar, as atividades podem ser executadas de forma indiferenciada pelos membros. Não há uma divisão do padrão do trabalho de beneficiamento, no entanto é notória uma questão de gênero: as mulheres estão muito mais presentes (como se verificará adiante) e, geralmente, ocupam as funções de limpeza e organização do ambiente. Também, nota-se uma questão relativa no nível de escolaridade e de gerações: geralmente, os mais jovens se ocupam das funções de pesagem, registro de planilha e contabilidade. Especificamente quanto ao trabalho em cooperação, convém salientar a divisão de tarefas e de responsabilidade, a realização de atividades conjuntas e o reconhecimento do papel feminino.

As atividades vinculadas ao agroturismo vêm-se demonstrando viável a um número reduzido de famílias. Os motivos e as dificuldades são em parte de natureza social e cultural – amplitude das mudanças solicitadas, enquanto reorganização da propriedade e do modo de vida, com impacto no ritmo de vida familiar e comunitário e com o comprometimento dos dias de descanso (domingos e feriados); novos relacionamentos e novas posturas quanto aos hábitos alimentares e higiênicos, à forma de se vestir e à hospitalidade (o que implica superar a barreira da timidez) – e em parte de natureza econômica – falta

de infra-estrutura adequada quanto a equipamentos, instalações e comunicação; falta de recursos financeiros; aumento da jornada de trabalho da unidade familiar, uma vez que os mesmos se somam às atividades já realizadas, e fluxo limitado e sazonal de visitantes em razão de deficiência na infra-estrutura municipal voltada ao lazer e ao entretenimento, agravada pela pouca manutenção das estradas.

Contudo, nas unidades familiares que aderiram à criação desse novo espaço, observa-se a ampliação da oportunidade de trabalho e mudanças no seio da família quanto ao papel da mulher e filhos no gerenciamento e administração do empreendimento; o aumento da receita da família graças tanto à remuneração do serviço prestado, como à agregação de valor aos produtos da agricultura familiar consumidos nas refeições elaboradas para os visitantes (trata-se de uma sorte de “expansão do autoconsumo” da unidade familiar, reduzindo os custos operacionais); ganhos em termos de convívio, de aprendizado e de relacionamento pessoal e familiar; um reconhecimento do papel e do ofício do agricultor através da convivência com o outro num campo de relação campo–cidade; uma valorização da natureza enquanto paisagem graças à redescoberta da pujança da mata nativa, dos recursos hídricos, das formas de relevo ou à desaprovação do desmatamento e do reflorestamento com espécies exóticas.

Do mesmo modo, a família tem um peso considerável, quando, de um lado, uma proporção bastante expressiva de filhos e filhas se estabelece na propriedade familiar, e quando, de outro lado, os pais manifestam o desejo de que os filhos permaneçam agricultores, residindo no meio rural e preservando o patrimônio. Dessa maneira, apesar da diversificação de atividades e fontes de renda, essas unidades de produção permanecem atreladas à rede familiar, que lhes assegura acesso à terra, força de trabalho, além de fundamentar as expectativas e projetos futuros.

Quanto ao terceiro conjunto de estratégias, os membros das famílias de agricultores afiliados à associação têm, em grande parte dos casos, como ocupação principal a atividade agrícola.

Mesmo o universo de atividades não-agrícolas inseridos pelo projeto de desenvolvimento e parcerias vinculadas – agroindústria familiar, agroturismo, comercialização direta – é formado por ocupações que se originam na agropecuária ou, ainda, por ocupações relacionadas à manutenção direta da unidade familiar, como os serviços domésticos. De certa forma, essas unidades familiares poderiam ser consideradas pluriativas, na medida em que combinam mais de uma atividade e possuem mais de uma fonte de renda. Contudo, é importante frisar que as atividades não-agrícolas realizadas pelas famílias são desempenhadas dentro do estabelecimento rural e, por essa razão, poderiam ser denominadas de “para-agrícola”, idéia que será discutida mais tarde.

Em nosso estudo, essa distinção permite afirmar que as atividades não-agrícolas efetuadas pelos agricultores não se referem nem ao emprego refúgio – constatado por Graziano (2001) na região Sudeste (até porque os centros urbanos estão distantes e são de difícil acesso para as comunidades catarinenses consideradas) – nem às atividades industriais evidenciadas por Schneider (2003) e Sacco dos Anjos (1995) no Sul do país. Mesmo considerando que parte das atividades das famílias rurais em estudo se encontre ligada ao processo de beneficiamento dos produtos, esse fenômeno não pode ser comparado ao processo de consolidação de um dinâmico mercado de trabalho industrial a que fazem referência os autores citados.

De outra parte, pode-se ressaltar que as outras atividades efetuadas pelas famílias estudadas vinculadas à Agreco resultam da busca pela ampliação e valorização das noções de família, território rural e agricultura, paralelamente à promoção de outras atividades além das produtivas tradicionais (cultivos e criação de animais), como o turismo, a pequena agroindústria, comercialização via associação, bem como o transporte e a venda direta das mercadorias. Assim, práticas benéficas ao meio ambiente são favorecidas ao mesmo tempo em que se prioriza a agricultura como forma de uso do solo. Por essa razão, não se

constitui aqui uma oposição entre o *espaço consumido* e o *espaço produtivo* (ABRAMOVAY, 2003), como percebido em alguns países europeus onde o rural e o sentido de ruralidade são relacionados cada vez menos com um espaço fundamentalmente produtivo.

No âmbito das estratégias econômicas, a produção agropecuária é considerada, nas entrevistas realizadas, como a principal fonte de renda no seio das unidades familiares. Apesar de beneficiarem seus produtos e de colocá-los no mercado de forma transformada, para a maioria das famílias, a principal atividade remunerada e a garantia da reprodução social permanece sendo atribuída à atividade agrícola propriamente dita. Tal representação permite constatar a importância conferida a essa atividade, associada à afirmação e ao desejo de reprodução da identidade do agricultor enquanto produtor de alimentos.

A produção alimentar destinada ao consumo familiar foi considerada como fonte indireta de renda. Com efeito, se ela não existisse e caso fosse estimado o valor desses produtos no mercado, as despesas das famílias teriam um tamanho que talvez ameaçasse sua reprodução enquanto agricultoras. A produção para o autoconsumo envolve todos os membros da unidade familiar e integra tanto parte dos produtos que são comercializados, como alguns que são voltados especificamente para o consumo doméstico. Apesar de sua importância para a manutenção da família, essa atividade não é considerada prioritária por não ser reconhecida como produção agrícola e por não estar voltada para o mercado. Com isso, o trabalho investido também não é reconhecido como tal, mas sim como uma atividade integrada às demais que são desempenhadas no cotidiano da esfera doméstica, associada à família e realizada durante o “tempo livre”.

Contudo, algumas unidades familiares, principalmente aquelas voltadas à produção do melado e açúcar mascavo, estão cada vez mais se orientando para a produção exclusiva de um produto (no caso a cana), abrindo mão, muitas vezes, do cultivo de outras lavouras, destinadas ou não ao consumo da unidade. Essa tendência se deve, sobretudo, à reduzida força de trabalho

disponível nas unidades e à ausência de tecnologias apropriadas ao cultivo orgânico.

As famílias estudadas, nesse sentido, optaram pela diversificação de atividades em detrimento de uma diversificação da produção. Tal opção implica duas conseqüências diretas para as unidades familiares:

- 1) um aumento de compras no mercado local (mais especificamente, nos casos estudados, esse abastecimento se realiza graças a um caminhão pertencente a um estabelecimento comercial instalado no município que leva os produtos até as propriedades) ou de alimentos obtidos a partir de troca com os vizinhos (irregular, em função da sazonalidade);
- 2) uma dependência em relação à comercialização de um produto-chave no mercado. Em algumas circunstâncias, esta última pode significar uma grande instabilidade nas estratégias de reprodução, mas, no caso específico, é revertida pela segurança fornecida pelo beneficiamento do produto (tornando-o menos perecível) e pela existência da Agreco, o que de certa forma assegura uma estabilidade de mercado.<sup>10</sup>

Assim, verificamos que a diversificação de combinações de atividades não corresponde automaticamente à diversificação na produção. Esse fenômeno se explica em parte pela necessidade de atender a demanda em matéria-prima das agroindústrias e, em parte, pela estrutura familiar e pela estrutura tecnológica. Contudo, para os membros das famílias, a diversificação de atividades – acompanhada de uma maior importância atribuída à transformação agroindustrial ou à prestação de serviços – não acarreta a perda da identidade do agricultor (com a emergência de uma eventual nova categoria profissional), mas, pelo contrário, a afirma. Durante a permanência no campo, foi claramente percebido que essas outras atividades são inseridas no campo da profissão do agricultor, possibilitando um aumento da auto-estima, graças à construção de estratégias de reprodução na produção agrícola, além de favorecer a permanência no

<sup>10</sup> A associação tem comercializado apenas produtos certificados pela Eccocert, cujo destino principal é o mercado institucional. Parte menos substancial é vendida em mercados convencionados. Ainda, outra pequena parte é vendida diretamente ao consumidor, em feiras, cestas e lojas especializadas.

estabelecimento dos membros familiares em razão da criação de novas ocupações no meio rural.

De qualquer forma, em outras unidades familiares – sobretudo, aquelas vinculadas à produção de conservas ou aquelas voltadas à merenda escolar – a produção agrícola é bem diversificada, o que exige uma relativização dessas análises, que se referem principalmente às unidades vinculadas ao beneficiamento de cana-de-açúcar. Cabe ainda ressaltar que unidades com uma maior diversificação da produção possuem uma maior flexibilidade (os produtos podem ser consumidos, vendidos *in natura* ou beneficiados) e também encontram uma maior capacidade de articular suas atividades agroindustriais a outras unidades familiares, adquirindo produtos destas últimas.

#### **MULTIFUNCIONALIDADE DA AGRICULTURA, PLURIATIVIDADE E ATIVIDADES PARA-AGRÍCOLAS**

O debate brasileiro sobre a noção da multifuncionalidade da agricultura provoca, na maioria das vezes, a emergência da idéia de pluriatividade. Trata-se de indagações sobre similaridades entre as noções que distorcem, em boa medida, a reflexão sobre o tema. Com efeito, as fronteiras entre essas noções são pouco claras. Nesta seção, propõe-se uma interpretação visando contribuir com uma distinção mais precisa entre os dois termos. Assim, pluriatividade e multifuncionalidade da agricultura são duas idéias que configuram diferentes perspectivas tanto de intervenção em termos de políticas públicas, quanto de análise interpretativa, implicando abordagem a partir de ângulos distintos sobre a agricultura e o mundo rural. Para desenvolver tal raciocínio, convoca-se um terceiro termo, aquele referente às atividades para-agrícolas, o que favorece a distinção entre os conteúdos das duas noções.

Partindo das elaborações no campo das ciências sociais relativas à pluriatividade, percebe-se que os autores engajados nessa reflexão destacam as estratégias de reprodução dos

agricultores familiares no contexto da modernização da agricultura brasileira (SCHNEIDER, 2002). Essas estratégias se desenvolvem a fim de ajustar as unidades familiares de produção agrícola às circunstâncias socioeconômicas que lhes são totalmente desfavoráveis. A pluriatividade não constitui em si uma ruptura com as lógicas produtivistas, lógicas que favorecem a concentração fundiária, a degradação ambiental e a exclusão social. Trata-se antes de uma acomodação desconfortável num terreno hostil.

A elaboração do quadro de referências em torno da noção de multifuncionalidade da agricultura molda-se paralelamente ao debate sobre o desenvolvimento sustentável (RÉMY, 2005). De diferentes pontos de vista, a construção dessa noção visa instituir instrumentos de política pública que possam transformar as lógicas dominantes de produção e de consumo do sistema agroalimentar. Nessa perspectiva, procura-se considerar, num primeiro plano, os aspectos sociais e ambientais da atividade agrícola.

Assim, as idéias em torno da noção de multifuncionalidade da agricultura convergem para uma reorientação da política agrícola. Trata-se de apoios aos agricultores a fim de que desempenhem papéis em favor da preservação do meio ambiente, da coesão social, do equilíbrio territorial, da qualidade dos alimentos, entre outros. Obviamente, a aplicação de políticas desse tipo exige uma profunda revisão dos valores relativos ao consumo e à produção, o que implica a superação do pressuposto segundo o qual produzir mais significa necessariamente produzir melhor.

No campo da análise de processos sociais em meio rural, a noção de multifuncionalidade pode favorecer um foco de análise sobre a implementação de dispositivos institucionais dirigidos à promoção de funções ambientais e sociais da agricultura e do meio rural. Efetivamente, trata-se de examinar os instrumentos de política pública destinados ao desenvolvimento rural, forjados num campo de disputa em torno de projetos para a agricultura.

Na medida em que as idéias em torno da multifuncionalidade

favorecem uma revalorização da agricultura como suporte de dimensões sociais e ambientais dos territórios rurais, convém conceber, com as devidas precauções, que a noção se refere, sobretudo, à atividade agrícola em tempo integral. As atividades agrícolas devem ser, nessa ótica, vistas de maneira mais vasta, o que é possível com a introdução nesta formulação da idéia de “atividade para-agrícola”. Trata-se da multiplicação de atividades internas, ou estreitamente associada, à unidade de produção.

No Brasil, alguns estudos, muito recentemente, se têm referido às atividades não-agrícolas realizadas dentro do estabelecimento rural como “para-agrícola”, tal como sugerido pelo programa de pesquisa do Arkleton Trust.<sup>11</sup> Contudo, essa idéia não é empregada com vistas a limitar a noção de pluriatividade, mas numa ótica de ampliar o sentido que anteriormente lhe era atribuído (empregos múltiplos ou atividade agrícola em tempo parcial).

De nosso ponto de vista, convém tornar esse campo de análise mais límpido, excluindo as atividades para-agrícolas daquelas consideradas como pluriativas. De tal modo, atividades em agroindústria, em turismo rural ou em preservação ambiental, desde que sejam associadas à unidade familiar de produção, podem ser interpretadas de maneira mais apropriada, caso identificadas como para-agrícolas. Nessa perspectiva, a pluriatividade se limita à atividade agrícola em tempo parcial associada, sobretudo, ao assalariamento em circunstâncias nas quais existam dinâmicos mercados de trabalho industrial ou de serviços. A propósito, em seus estudos sobre os agricultores franceses, Bernard Roux e Estelle Fournel (2003) não fazem referência à pluriatividade para os casos em que os agricultores exerçam suas (diversas) atividades em tempo integral em suas unidades. Aliás, os autores consideram que, nessas circunstâncias, a diversificação de atividades se inscreve claramente no âmbito da multifuncionalidade da agricultura.

11 Esse programa de pesquisa constitui um marco no estudo da pluriatividade, cobrindo 24 regiões da Europa, com *surveys* em 1987 e 1991 em uma amostra estratificada de 300 estabelecimentos e painéis com 70 estabelecimentos nos anos intermediários.

## CONCLUSÃO

Como visto, os agricultores estudados optaram pela inserção num projeto de desenvolvimento orientado para a produção orgânica e para o beneficiamento em agroindústrias familiares. A análise empírica nos permite conceber um processo de implantação, no território em questão, de um projeto de desenvolvimento rural, alicerçado na idéia de garantir a reprodução econômica e, ao mesmo tempo, familiar, mantendo determinados significados culturais em torno da atividade agrícola. Trata-se do processo de consolidação de um projeto de desenvolvimento que articule diversos âmbitos: social, econômico, político e ambiental.

Com isso, apesar das dificuldades e dos conflitos identificados, as famílias reconhecem que passaram a se interessar e a se sentir responsáveis por produzirem, consumirem e ofertarem alimentos mais saudáveis, tornando-se aliadas da idéia de respeito ao meio ambiente. Nesse sentido, ao lado de uma racionalidade econômica (instrumental que orienta o processo produtivo), emergem outros valores subjetivos numa dimensão simbólica, construídos a partir da prática orgânica e da ampliação do convívio social. Com efeito, tal fenômeno gera um processo de valorização pessoal graças ao resgate da estima de ser agricultor e produtor de alimentos.

De fato, a afirmação da agricultura tem sido fundamental na construção das estratégias de reprodução social das famílias estudadas, na medida em que a agricultura responde pela geração de ocupações, pela segurança alimentar dos membros familiares e pela dinâmica do território. De outro modo, a coesão social, a vitalidade econômica e a preservação ambiental são funções atribuídas à agricultura que são promovidas pelas unidades familiares. A vinculação a uma associação de agricultores ecológicos constitui uma peça fundamental de tal arranjo.

Nesse sentido, as estratégias construídas pelas famílias em torno da Agreco e do projeto de desenvolvimento sustentável definem uma agricultura específica, *multifuncional*. A propósito, Paulilo e Schmidt (2003) destacam dois componentes da

multifuncionalidade na agricultura praticada pelos agricultores vinculados à Agreco: a econômica/social (componente expreso na agregação de valor e na geração de empregos pela agricultura orgânica, mais intensiva em mão-de-obra) e a ambiental/territorial (componente promovido pelo estabelecimento de redes e arranjos produtivos na consolidação do território e pelo impacto positivo sobre o conjunto de aspectos ambientais).

Esse processo ocorre graças à atribuição de valor a outras funções da agricultura além da produção primária, considerando profundamente as formas de inserção das unidades domésticas no território, com ênfase nas práticas não imediatamente produtivas. Dessa forma, concebe-se a agricultura em duas dimensões: a produtiva, que fornece alimentos de origem vegetal, animal ou transformados aos mercados ou ao autoconsumo, e a dimensão além da produção, que abarcam atividades recentemente valorizadas e inseridas no espaço rural, como aquelas relativas à preservação dos recursos naturais, conservação das paisagens, qualidade dos alimentos, dinamização e reprodução da agricultura familiar graças à criação de ocupações e à dinamização do território. Esse modelo multifuncional de agricultura constitui, então, uma ruptura com as lógicas produtivistas, reconciliando produção com papéis ambientais e sociais da agricultura (MORUZZI MARQUES, 2002).

Enfim, as estratégias destacadas acima, por um lado, consolidam uma agricultura que favorece a preservação dos recursos naturais (como a qualidade do solo e da água); a preservação da paisagem enquanto natureza e ruralidade; a reprodução socioeconômica das famílias (geração de empregos graças à diversificação de atividades agrícolas e não-agrícolas, além da dinamização local dos setores comercial, industrial e serviço) e a segurança alimentar (qualitativa e quantitativa). Por outro lado, elas se inscrevem no quadro do desenvolvimento de certa pluriatividade, que poderia, como visto anteriormente, ser mais bem definida no campo das atividades para-agrícolas, caracterizadas pela ampliação das ocupações na unidade

produtiva que permanecem diretamente vinculadas à atividade agrícola.

Em suma, essa conjugação de estratégias permite que as unidades familiares se reproduzam enquanto produtoras de alimento, reafirmando a identidade do agricultor. Porém, tornam-se também produtoras de bens imateriais (como meio ambiente, território, qualidade alimentar). Assim, o desencadeamento desse processo de construção de uma agricultura que vai além da produção favorece e reforça a elaboração de estratégias voltadas à criação de ocupações dentro das unidades de produção e à adoção de métodos produtivos que relevam as questões ambientais e sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: UFRGS, 2003, Série Estudos Rurais.
- CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato (Orgs.). *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, Nead, Mauad, 2003.
- DIEGUES, A. C. S. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In: BRUHNS, Heloisa; SERRANO, Célia Toledo (Orgs.). *Viagens à natureza*. Turismo, cultura e ambiente. Campinas: Papirus, 1996.
- GARCIA JR., Afrânio Raul. *O Sul: caminho do roçado*. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero, CNPq/UnB, 1989.
- GRAZIANO DA SILVA, José. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento. *Textos para Discussão*, Brasília, Nead, CNDRS, n. 2, 2001.
- LACERDA, Tatiana Ferreira Nobre. *A unidade familiar e as novas funções atribuídas à agricultura: o caso dos agricultores ecológicos do território da Encosta da Serra Geral*. 2005. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

MALUF, Renato S. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In: LIMA, Dalmo M. de Albuquerque; WILKINSON, John (Orgs.). *Inovação nas tradições da agricultura familiar*. Brasília: CNPq, Paralelo 15, 2002.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo. *Agriculture familiale et participation au Brésil: les conseils municipaux de développement rural du Pronaf (acteurs, intérêts et pouvoir)*. 2002. Tese (Doutorado) – Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine, la Sorbonne Nouvelle Paris III.

MULLER, Joviana Maria. *Do tradicional ao agroecológico: as veredas das transições*. 2001. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Agrárias, UFSC, Florianópolis.

PAULILO, Maria Ignes Silveira; SCHMIDT, Wilson (Orgs.). *Agricultura e espaço rural em Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, 2003.

RÉMY, Jacques. Um caminho sinuoso e semeado de espinhos. Os agricultores franceses: da especialização e intensificação da produção à multifuncionalidade e ao desenvolvimento sustentável. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, CPDA, v. 12, fasc. 1, 2005.

ROUX, Bernard; FOURNEL, Estelle. Multifuncionalidade e emprego nos estabelecimentos rurais franceses: um estudo das zonas montanhosas de Languedoc Roussillon. In: *Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, Nead, Mauad, 2003.

SACCO DOS ANJOS, Flávio. *A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC)*. Pelotas: Editora Universitária/UFPEL, 1995.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade como estratégia de reprodução social. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, n. 16, p. 164-184, 2002.

\_\_\_\_\_. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

---

TATIANA FERREIRA NOBRE DE LACERDA é mestre em desenvolvimento rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PAULO EDUARDO MORUZZI MARQUES é professor doutor do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo.